



O PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DO TERRITÓRIO DE IDENTIDADE DA BACIA DO PARAMIRIM-BA

Vanessa Vieira Souza ¹
Miriam Cléa Almeida Coelho ²

RESUMO

Este trabalho apresenta análises acerca do processo de constituição do Território de Identidade da Bacia do Paramirim, proposto pelo governo do Estado da Bahia, cujo objetivo central era o de corrigir o descompasso do desenvolvimento baiano. Para subsidiar as reflexões, revisitou-se as contribuições de Ratzel (1990), Raffestin (1980), Oliveira (1999), Smith (1988) entre outros, acerca do território, do trabalho e do desenvolvimento desigual e combinado. Ademais, considerou-se dados secundários do IBGE, SEI, SEPLAN, etc e documentos oficiais que tratam do processo de constituição do Território de Identidade da Bacia do Paramirim, com o intuito de fundamentar as análises. Ao avaliar o processo histórico de formação do Estado da Bahia, vê-se, em seu curso, as expressões territoriais da divisão do trabalho e da luta de classe. O objetivo do governo do Estado de corrigir as disparidades do desenvolvimento desigual baiano, na prática, como mostram os indicadores socioeconômicos, parece não se confirmar, pois o que se vê é a manutenção ou o aprofundamento das contradições da reprodução ampliada do capital.

Palavras-chave: Território, Identidade, Estado.

Este trabajo presenta análisis sobre el proceso de constitución del Territorio Identidad de la Cuenca de Paramirim, propuesto por el gobierno del Estado de Bahía, cuyo principal objetivo fue corregir el desequilibrio en el desarrollo bahiano. Para sustentar las reflexiones, revisamos los aportes de Ratzel (1990), Raffestin (1980), Oliveira (1999), Smith (1988) entre otros, sobre territorio, trabajo y desarrollo desigual y combinado. Además, se consideraron datos secundarios del IBGE, SEI, SEPLAN, etc. y documentos oficiales que tratan el proceso de constitución del Territorio de Identidad de la Cuenca de Paramirim, para sustentar los análisis. Al evaluar el proceso histórico de formación del Estado de Bahía, se pueden ver, en su curso, las expresiones territoriales de la división del trabajo y la lucha de clases. El objetivo del gobierno estatal de corregir las disparidades del desigual desarrollo bahiano, en la práctica, como lo muestran los indicadores socioeconómicos, no parece confirmarse, ya que lo que se ve es el mantenimiento o profundización de las contradicciones de la reproducción ampliada del capital.

Palabras clave: Territorio, Identidad, Estado.

¹ Mestranda no curso de pós graduação em Geografia (PPGEO), da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), financiada pelo CAPES vanessa.souza@uesb.edu.br;

² Professora Orientadora PPGeo - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) miriam.coelho@uesb.edu.br



INTRODUÇÃO

Esta pesquisa decorre de uma questão aberta no mestrado em andamento, em que ficou apontada a necessidade de se conhecer o processo de constituição dos Territórios de Identidade no Estado da Bahia, em específico, o da Bacia do Paramirim, bem como as bases fundantes dos conceitos de Território e de Identidade que subsidiaram o Programa de governo adotado neste estado, seus objetivos e estratégias.

O projeto de constituição dos Territórios de Identidade foi instituído em 25 de agosto de 2010, pelo decreto estadual nº 12.354. Conforme o projeto, essa divisão territorial foi baseada em critérios sociais, culturais, econômicas e ambientais e levou em consideração as semelhanças entre os municípios para definir os Territórios de Identidade. Além disso, está fundamentada na necessidade de corrigir o intenso desnível de desenvolvimento no estado que, historicamente, apresenta uma forte concentração na região metropolitana de Salvador, por meio de estratégias de desenvolvimento socioeconômico para todos os territórios de identidade no estado da Bahia.

Desta maneira, o estado agrupou os 417 municípios em 27 Territórios de Identidade, dentre eles o da Bacia do Paramirim que é composto pelos municípios de Botuporã, Boquira, Caturama, Érico Cardoso, Macaúbas, Ibipitanga, Paramirim e Rio do Pires. Está localizado no Centro-Sul, e representa a menor taxa de urbanização (36,2%) entre os Territórios de Identidade na Bahia, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010. Além de apresentar pouco destaque na geração de emprego e renda pelos setores econômicos de comércio, serviço e indústria, em contrapartida, revela uma forte dependência da administração pública em relação a geração de renda.

Assim, essa pesquisa tem como objetivo central analisar o processo de constituição do Território de Identidade da Bacia do Paramirim-BA, além de avaliar as bases fundantes dos conceitos de Território defendidos pelo Estado da Bahia e correlacionar as bases teóricas utilizadas pelo programa com a realidade concreta do Território de Identidade da Bacia do Paramirim.

Desde modo, espera-se com esse esforço acadêmico-científico trazer a luz as razões que motivaram o governo do Estado da Bahia, a utilizar essa divisão territorial como mecanismo de superação das desigualdades territoriais.

Para alcançar o objetivo proposto, foi necessário revisitar alguns teóricos basais para o entendimento da evolução do conceito de território: Ratzel (1990) que trata da concepção de



território na qual tem como ponto de partida as questões naturais, o solo como formador e determinante da sociedade, sem levar em conta outras condições em que o território pode ser produzido; em Raffestin (1980) observa-se a manutenção de alguns postulados de Ratzel, no entanto, vê-se uma primeira aproximação da produção territorial com o debate do trabalho. Por compreender a formação do território distante dessas formulações primeiras, deu-se uma atenção especial nas obras de Oliveira (1999) para quem o território é uma síntese contraditória das lutas de classe, numa totalidade histórica e Smith (1988) que compreende o território como produzido na lógica do desenvolvimento desigual e combinado, tendo em vista a necessidade de acumulação e reprodução capitalistas. Além disso, foram revisitados bancos de dados importantes para buscar informações mais detalhadas para a pesquisa.

As análises estão organizadas em resultados e discussões, no qual é evidenciado o processo de formação do Território de Identidade da Bacia do Paramirim, além de apresentar a realidade concreta em relação ao contexto baiano, compreende-se o território inserido no desenvolvimento desigual e combinado, que é resultado da divisão territorial do trabalho.

METODOLOGIA

Para alcançar o objetivo proposto, como dito, foi necessário revisar algumas contribuições clássicas ao debate do território e outras mais recentes, sobretudo, aquelas que inserem a discussão do território à da luta de classe e do trabalho. Esse esforço cumpre o propósito de evidenciar a complexidade e evolução do conceito de território, ao tempo em que, permite demarcar as bases que alicerçam as análises da pesquisa.

Além da revisão teórica, foram analisados documentos, relatórios institucionais, como a lei nº 12.354 de agosto de 2010, que trata da criação dos Territórios de Identidade do Estado da Bahia. Para confrontar a teoria e a prática foi construída uma breve caracterização do Território de Identidade da Bacia do Paramirim-BA, utilizando-se de dados secundários disponíveis em órgãos públicos estaduais e municipais, tais como o IBGE, a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), os documentos da Secretaria de Planejamento (SEPLAN) que tratam da política territorial e o Plano Plurianual (PPA 2008 - 2011).

Assim, o conjunto de dados e informações analisadas serão fundamentais para as reflexões apresentadas nesse texto.



REFERENCIAL TEÓRICO

Para analisar o processo de constituição dos territórios de identidade na Bahia, considerou-se importante retomar as formulações sobre o conceito de território e suas vinculações com o conceito de identidade para se compreender a estratégia do governo baiano de superar a desigualdade no desenvolvimento do Estado.

Nesse sentido, é preciso pontuar, inicialmente, que o conceito de território na Geografia é permeado por uma variedade de entendimentos e concepções. Assim, optou-se por recuperar, brevemente, as formulações teóricas sobre o território que serviram de fundamento para a elaboração de decretos, e mesmo para o Estado, no seu planejamento territorial. No entanto, outras contribuições também serão visitadas, sobretudo, aquelas em que oferecem um contraponto ao pensamento instituído na proposta do Estado e que balizam as análises das autoras.

Desse modo, tem-se em Ratzel (1990) uma análise cuja preocupação maior está na base física, pois o pensamento do autor se funda na ideia de que a sociedade e o Estado não podem existir sem uma estrutura física, da mesma forma um povo não pode existir sem o território. Como ele bem manifesta no clássico Geografia do Homem (antropogeografia), “O fato de estes dois organismos estarem ligados ao seu solo é a consequência natural da ligação evidente que une a criatura humana a terra” (p. 73). Assim, para Ratzel (1990) o solo é de fundamental importância para a formação da sociedade, no qual o solo serve como importante elemento para o reconhecimento do território: “[...] Em todos esses casos nos encontramos diante de organismos que estabelecem com o solo uma ligação durável, em consequência da qual o solo exerce a sua influência sobre os organismos e aqueles sobre estes” (RATZEL, 1990, p.74).

Ratzel (1990) ainda completa esse pensamento, ao afirmar a importância da base física do território tendo como parâmetro os períodos da sociedade primitiva, em que se necessitava de boas condições territoriais para a prática da caça, pesca, para se abrigar e assim se fixar em uma localidade, ou seja, o autor evidencia a relação da sociedade com o território. Devido a essa dependência considera-se o solo como fundamental para a formação da civilização, dessa forma, o instinto do ser humano será de uma proteção em relação ao seu espaço, por consequência, irá remeter ao intuito de tê-la em posse, de domínio.

[...] A sociedade que consideramos grande ou pequena, desejará sempre manter sobretudo a posse do território sobre o qual e graças ao qual ela vive. Quando esta sociedade se organiza com esse objetivo, ela se transforma em estado (RATZEL, 1990, p.76).



Em vista disso, para o autor, o Estado se organiza com o objetivo de proteger a sociedade e também o seu território, no qual, o considera como necessário para a moradia e sobrevivência, bem como para suprir as necessidades básicas do seu povo.

[...] Na verdade o solo nos aparece como a causa mais profunda da sujeição humana, na medida em que permanece rígido, imóvel e imutável, abaixo das mutáveis disposições humanas, e se ergue dominador acima do homem toda vez que este ignora sua presença para adverti-lo severamente de que a raiz da vida está unicamente no solo. É ele que, duramente e sem nenhum critério de escolha, determina a cada povo o seu destino (RATZEL, 1990, p.81).

Assim, o território em sua dimensão naturalista é indispensável a existência humana, em que, reconhece o território ou prioriza a sua estrutura de linhas e fronteiras. Dessa maneira, o homem para manter a sua reprodução, sente há necessidade de uma organização em sociedade com sentimento de posse e domínio sob o território. Essa relação favorece o crescimento em uma perspectiva política, como enaltecimento do Estado.

Num contexto mais recente, tem-se as contribuições de Raffestin (1980), as quais fazem um alerta em relação a confusão existente entre muitos autores da Geografia em relação aos conceitos de território e de espaço, apresenta uma compreensão na qual o território se forma por meio do espaço, com o processo de apropriação e com o trabalho humano. Assim, Raffestin (1980) em uma de suas citações mais conhecidas esclarece: “O espaço é a ‘prisão original’, o território é a prisão que os homens constroem para si” (p. 144). O espaço é, então, anterior a qualquer ação, mas ao existir a presença do poder, será reconhecido como território.

Nessa direção, a produção territorial passa a ser mediada por relações que envolvam controle por meio de uma base física, e que tem os sujeitos ou, como o próprio Raffestin (1980) trata, os “atores” como representantes das relações de domínio, de funções e de controle.

Dessa forma, resguardadas as especificidades nas abordagens, tanto Ratzel (1990), quanto Raffestin (1980), parecem priorizar em suas análises a dimensão física do território, sem levar em consideração outros tipos de relações que podem ir além da dimensão física.

O território para Raffestin (1980) é um instrumento da construção do poder, representada pelos atores que o constituem, as relações da produção territorial irão formar estruturas do poder, com objetivos diferentes, em especificidade para cada grupo social. Para o autor, todo território é formado por limites, fronteiras, ponto e até mesmo redes, sendo a expressão física da relação de poder exercida pela sociedade no território.



Outra contribuição importante encontra-se em Saquet (2007) para quem o território deve ser controlado pelo Estado que condiciona essas relações de poder. Esse autor considera o território como o espaço da construção da identidade, com relações recíprocas. Mas, para se conhecer a identidade territorial, deve-se levar em consideração uma combinação de relações que contenha semelhanças como: a história, tradições e a cultura, na qual, remete à uma memória. Além, da população que deve-se ter interesses em comum e comungam das mesmas projeções para o território, como bem expressa Saquet (2007, p. 73), o território “[...] é produto e condição de ações históricas e multiescalares com desigualdades, diferenças, ritmos, e identidades”. Essa aproximação do debate do território com o de identidade serviu de parâmetro para a proposta do governo do Estado da Bahia que será problematizada mais adiante.

Assim, os territórios contêm características internas semelhantes e, portanto, podem ser classificados em diferentes territórios. Em alguns territórios, ocorre uma padronização em relação a cultura, a história, e os hábitos da população, além de se ter como consequência um maior controle interno, como mostra Haesbaert (2014, p. 89): “Por isso, toda relação de poder espacialmente mediada é também produtora de identidade pois controla, distingue, separa e, ao separar, de alguma forma nomeia e classifica os indivíduos e os grupos sociais”. Dessa maneira, considera-se a identidade como uma relação política de comando, controle e poder. Por isso, o Estado vem como um promotor da territorialidade. Mais uma vez, a proposta de constituição dos territórios de identidade pelo Estado baiano parece se aproximar dessa tese de domínio e controle.

Em outra direção, Oliveira (1999), compreende o território em uma concepção que vai muito além de seu aspecto físico, mas, que, está associado à dimensão da reprodução ampliada do capital. O espaço é o resultado da produção e reprodução das lutas de classes. Além de ressaltar a contradição existente na produção do território baseado na dialética de construção, destruição, manutenção e movimento que tem como consequência um desenvolvimento desigual combinado, ou seja, o território está na condição de uma produção e reprodução permanente. À vista disso, o modo de produção capitalista em suas contradições necessárias para maior acumulação e ampliação colabora para a destruição e formação dos territórios. Como ele bem expressa:

Parto da concepção de que o território deve ser apreendido como síntese contraditória, como totalidade concreta do processo/ modo de produção/ distribuição/ circulação/ consumo e suas articulações e mediações supraestruturais (política, ideológicas simbólicas, etc.) em que o Estado desempenha a função de regulação (OLIVEIRA, 1999, p.74).



Diante desse processo de produção do território marcada pela contradição tem-se o Estado como regulador das ações pelas classes, no entanto, o seu controle não se dá de forma pacífica, ou que integre todos os envolvidos, mas pelo contrário, tem o papel de auxiliar para a reprodução do território de forma cada vez mais desigual, contribuindo para a ampliação capitalista. Assim, uma parcela da sociedade será privilegiada como os burgueses e latifundiários que enxergam o território com a função para a especulação e valorização, para consecutiva reprodução desse processo, que, ao mesmo tempo, exclui a outra parcela da sociedade.

Pelo exposto, nota-se que o conceito de território possui diferentes fundamentos teóricos, que nutrem, desde pequenas divergências, até abordagens diametralmente opostas. Nessa pesquisa, filia-se à concepção de território que o compreende para além da base física e o insere no processo da divisão social do trabalho que tem como resultado o desenvolvimento desigual e combinado do território bem tratado por Smith (1988).

Além disso, compreende-se o território como facilitador das ações dos capitalistas, que tem os seus interesses como prioritários o que comprova o pensamento de Smith (1988) e de Oliveira (1999), em reconhecer uma produção de territórios desigual e, ao mesmo tempo, combinado. Pois, a produção capitalista tem como seu maior objetivo obter lucro, e é essa lógica que estrutura e mantém a produção desigual e combinado do espaço. Dessa forma, o capital está em um constante vaivém, para ajustar as suas necessidades de sempre obter lucro. Por isso, o capital se mobiliza para onde há a possibilidade de ampliar a taxa de lucro.

Assim, mesmo em lugares considerados pouco desenvolvidos, será atrativo para o capital, pois a falta de investimentos leva a altas taxas de desemprego, reduzidos níveis de organização dos trabalhadores e baixos salários o que os tornam atrativos para o capital, sendo susceptível de um rápido desenvolvimento. Dessa maneira, o capital permanece em um movimento constante, aproveitando todas as oportunidades para se obter lucro, por meio de um desenvolvimento estrategicamente combinado, e com suas contradições como ensina Smith (1988): “Isso fica muito claro na contradição geográfica entre desenvolvimento e subdesenvolvimento, em que à superacumulação em um polo corresponde a superacumulação de trabalho no outro” (p.213).

Nessas condições, o processo de produção territorial é marcado pela disputa das classes, que por um lado, busca o capital e o trabalho e, por outro, o território da classe trabalhadora e da negação ao trabalho. No entanto, esses espaços se associam para a ampliação do capital além da reprodução da força de trabalho. É essa análise que demonstra a produção do espaço



associada a divisão do trabalho, que tem uma relação com o processo de produção desigual e combinada.

Nota-se que o projeto de constituição dos territórios de identidade proposto pelo governo do Estado da Bahia se ancora em concepções que compreendem o território como base física ou o aproxima ao conceito de identidade, sem de fato levar em consideração as contradições inerentes à produção capitalista do espaço. Ao examinar o território de Identidade da Bacia do Paramirim-BA, vê-se que o governo implementa uma divisão territorial pautada, sobretudo, na dimensão física e em critérios que objetivam a construção de uma estrutura administrativa para controlar os territórios, sob a justificativa de melhorar a sua gestão e não leva em consideração os movimentos contraditórios da sociedade de classes, que tem como resultado o desenvolvimento desigual.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

É necessário compreender que a constituição dos territórios de identidade está relacionada ao processo histórico de produção do espaço baiano, que apresenta uma grande desigualdade, com uma histórica concentração econômica e social na região metropolitana de Salvador. Vale ressaltar, a grande quantidade de capital, técnica, tecnologia e força de trabalho concentrada nesta região. Em contrapartida, dentro dessa perspectiva da divisão territorial do trabalho, os outros espaços baianos se voltam para a produção agrícola, industrial, comercial e serviços.

A estratégia dos Territórios de Identidade (TI) foi tão positiva, que o governador Jaques Wagner do Partido dos Trabalhadores (PT), reconheceu a divisão territorial e incluiu a região Metropolitana de Salvador, diga-se de passagem já privilegiada, como atestam documentos oficiais:

Ao assumir o Governo da Bahia em 2007, o Governador Jaques Wagner reconheceu a legitimidade da divisão territorial que foi confirmada e a adotou como unidade de planejamento das políticas públicas do Estado da Bahia. Para tanto, foi necessária a ampliação da representação e do escopo das políticas trabalhadas nos espaços colegiados nos territórios, acrescentando ao rural as temáticas e as entidades urbanas. Desta forma, incluiu-se o Território Metropolitano de Salvador, o 26º território. E os territórios rurais passaram a ser chamados de Territórios de Identidade (BAHIA, 2014, p. 04).

Dessa forma, o governo justifica a utilização dessa divisão em TI também por meio do PPA (2008-2011): “A utilização do conceito de território de identidade facilitará a articulação



entre as ações desenvolvidas pelo governo do estado e os programas federais, com rebatimento no território baiano, bem como a diretriz da integração entre governo e sociedade” (p. 53-54).

No entanto, não se faz maiores esclarecimentos da fundamentação teórica utilizada para a formulação dos TI's, além da falta de maior detalhamento sobre as delimitações dos territórios. Mas, na busca por essas indagações, foi possível perceber que o projeto foi mais uma estratégia para facilitar a comunicação do Estado com o governo federal, do que de atender as reais necessidades da população, como observado no PPA de (2008-2011):

[...] onde o sentimento de pertença da população, associado a características socioeconômicas, políticas, culturais e geo-ambientais de cada espaço, constituiu um elemento essencial para a definição e delimitação dos 26 territórios baianos. A utilização do conceito de Território de Identidade facilitará a articulação entre as ações desenvolvidas pelo Governo do Estado e os programas federais, com rebatimento no território baiano, bem como a diretriz da integração entre governo e sociedade (PPA, 2008-2011, p. 54-55).

No entanto, houve uma dificuldade de encontrar os esclarecimentos de quais caminhos foram percorridos para a utilização dos parâmetros para a definição dos TI's, além disso, não foi possível localizar uma lei de institucionalização dos territórios, mas somente um decreto 12.354 de agosto de 2010, o qual foi formalizado pelo governo após três anos depois, em que, possuem como objetivos e critérios:

Art. 1º Fica instituído o Programa Territórios de Identidade, com a finalidade de colaborar com a promoção do desenvolvimento econômico e social dos Territórios de Identidade da Bahia, em consonância com os programas e ações dos governos federal, estadual e municipal (BAHIA, Dec. 12.354, 2010).

§ 1º Considera-se Território de Identidade o agrupamento identitário municipal formado de acordo com **critérios sociais, culturais, econômicos e geográficos**, e **reconhecido pela sua população como o espaço historicamente construído ao qual pertence**, com identidade que amplia as possibilidades de **coesão social e territorial** (BAHIA, Dec. 12.354, 2010. Grifos nossos).

Ao avaliar o desenvolvimento prático dessa política e os descontentamentos de gestores municipais e da sociedade, observa-se, que o Decreto n. 12.354 de agosto de 2010, propõe delimitar os TI's utilizando-se de “critérios sociais, que abrange os aspectos culturais, econômicos e geográficos”, ou, da possibilidade de aumentar a concordância social e territorial, que teve uma discrepância durante a sua produção histórica do espaço, não foram suficientes, além de não encontrarem correspondência com a prática, pois os critérios físicos prevaleceram sobressaindo aos propostos no projeto.



Ademais, a demarcação dos TI's, parece demonstrar um paradoxo, pois, o PPA (2008-2011) assegura uma atenção especial a cada território, como exposto: “[...] os 26 territórios de identidade requerem estratégias diferenciadas de intervenção que respondam adequadamente aos seus problemas, necessidades e potencialidades” (p. 55), entretanto, o mesmo documento apresenta contradições quando em seus objetivos específicos o governo propõe diretrizes estratégicas para ampliar ou priorizar o desenvolvimento econômico e social para alguns macro territórios, alguns deles já tradicionalmente contemplados pelas políticas estatais:

As Diretrizes Estratégicas Territoriais definidas pelo Governo do Estado visam: a) "Desenvolver o Semi-Árido Baiano", b) "Consolidar a Região Metropolitana de Salvador (RMS) como Pólo Metropolitano de Serviços", c) "Dinamizar a Região Cacaueira" e d) "Dinamizar as Diferentes Regiões do Estado da Bahia" (PPA, 2008-2011, p. 55).

Contata-se, a manutenção de “velhos” critérios, ao dar-se maior atenção aos territórios já favorecidos na produção histórica do espaço e na divisão territorial do trabalho, e ainda assim apresentam em uma escala de maior importância no PPA (2008-2011):

A priorização da Região Metropolitana de Salvador, do Semi-Árido e da Região Cacaueira significa que, devido a problemas específicos, elas merecem uma atenção especial na formulação da estratégia de desenvolvimento e da ação do Governo. Não obstante, os demais subespaços estaduais também se constituíram em objetos de intervenção do Estado, com o suprimento de suas carências de infra-estrutura social e econômica e identificação e fomento de suas potencialidades econômicas (PPA, 2008-2011, p. 56-57).

Percebe-se, que o governo prioriza alguns territórios com o atendimento de necessidades, com uma “atenção especial”, já os outros territórios ficam sem a mesma atenção no seu planejamento para o desenvolvimento econômico e social. Como acontece com o Território Metropolitano de Salvador, em que, o governo apresenta estratégias de ampliar ainda mais o seu crescimento socioeconômico em detrimento dos outros territórios.

O conjunto de atividades e serviços empresariais que podem ser dinamizados na Região Metropolitana de Salvador tem potencial para transformar essa região em Portal Nacional e Internacional de articulação com a economia global, tornando-se um espaço privilegiado de articulação da economia do interior do continente sul-americano com o mercado global. Evidentemente que os investimentos necessários para tal, ultrapassam o espaço regional e mesmo estadual, constituindo-se, assim, em elemento da inserção da Bahia em um projeto nacional (PPA, 2008-2011, p. 56).



Assim, essa atitude do Estado demonstra um tratamento desigual para com os territórios, com privilégios explícitos no próprio PPA (2008-2011), no qual pode ocasionar consequências negativas, com a insuficiência de recursos em áreas básicas, restando a muitos municípios apenas a condição de se constituírem como locais de reserva de força de trabalho, para servir a necessidade da reprodução capitalista.

Vê-se que, o governo do Estado em decretos e documentos oficiais demonstra utilizar na divisão territorial os critérios: sociais, culturais, identitários, econômicos e geográficos, no entanto, deixa em evidência uma falta de fundamentação basal para a utilização desses critérios. Os documentos, já citados neste texto, comprovam a estratégia de fragmentação do Estado em territórios para facilitar a relação e os repasses de recursos financeiros do governo federal.

Logo, a institucionalização dos Territórios de Identidade que tinha como objetivo sanar as desigualdades sociais e econômicas, parece estar longe de serem alcançadas. Mas, ao contrário, percebe-se uma ampliação das contradições que se fazem necessárias para a acumulação capitalista, com um consentimento do Estado.

Na prática, o Estado da Bahia, composto por 417 municípios, foi dividido em 27 territórios: Irecê, Velho Chico, Chapada Diamantina, Sisal, Litoral Sul, Baixo Sul, Extremo Sul, Médio Sudoeste da Bahia, Vale do Jequiriçá, Sertão do São Francisco, Bacia do Rio Grande, Bacia do Paramirim, Sertão Produtivo, Piemonte do Paraguaçu, Bacia do Jacuípe, Piemonte da Diamantina, Semiárido Nordeste II, Litoral norte e Agreste Baiano, Portal do Sertão, Sudoeste Baiano, Recôncavo, Bacia do Rio Corrente, Médio Rio de Contas, Itaparica, Piemonte Norte do Itapicuru, Metropolitano de Salvador e Costa do Descobrimento.

Ao analisar a realidade concreta, têm-se o território da Bacia do Paramirim, localizado no Centro-Sul Baiano, composto por 8 municípios: Boquira, Botuporã, Caturama, Érico Cardoso, Ibipitanga, Macaúbas, Paramirim e Rio do Pires. Esse território apresenta a menor taxa de urbanização no estado com 36,2%, segundo o IBGE (2010). A sua nomenclatura está associada a bacia hidrográfica localizada no município de Paramirim, o que remete apenas a um aspecto físico, sem levar em considerações outros aspectos, principalmente as relações históricas, políticas, sociais e econômicas entre os municípios.

A Bacia do Paramirim possui um número reduzido de habitantes (150,2 mil), além de pequenas extensões territoriais, conforme os dados da SEI – 2021, o que confere um baixo destaque no cenário estadual. Os municípios de Macaúbas (47 mil habitantes), Boquira (22 mil habitantes) e Paramirim (21 mil habitantes) apresentaram as maiores populações do território, nos últimos censos do IBGE.



Como um todo, o território teve um crescimento demográfico (0,4%), considerado inferior em relação a ampliação demográfica do estado da Bahia (0,7%), como demonstra o Perfil da Bacia do Paramirim (2015), documento organizado e produzido pelo governo. Segundo a última estimativa do IBGE no ano de 2021, Boquira, Érico Cardoso, Botuporã e Caturama perderam habitantes.

Essa perda de população pode representar consequência negativas para os municípios, pois, entende-se como áreas de repulsão, estando na posição de locais de reserva de força de trabalho, também pode retratar a redução de repasses financeiros ao município que tenham como base de cálculo o total de habitantes, a exemplo dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios, entre outros.

A perda da população pode ser justificada pela produção desigual e combinado no espaço baiano, que faz do território um local de reserva de força de trabalho sujeitos a trabalhos precários, em que, pode-se mobilizar a qualquer tempo, para qualquer local, a qualquer sujeição. Assim, mesmo com a perda de população no território pela mobilidade necessárias do trabalho, a taxa de urbanização vem crescendo a cada censo demográfico, justificada pela mobilidade interna da população rural para o espaço urbano. Contudo, mesmo diante desse processo, como visto, o território da Bacia do Paramirim ainda se apresenta com a menor taxa de urbanização de 36,2% se comparada com a taxa de urbanização do Estado da Bahia de 72,1% segundo os dados do IBGE de 2010.

Em relação ao aspecto da saúde, o território oferece somente serviços básicos, caso necessite de um atendimento especializado e que tenha demandas de média e alta complexidade é necessário que a população recorra a outros espaços como em Vitória da Conquista, Salvador e Guanambi. Vale destacar que na gestão do governador Rui Costa (PT) esses municípios foram contemplados com o programa das Policlínicas, para ampliar a oferta da qualidade de saúde para a população, no entanto, dentro das 20 policlínicas distribuídas pelo Estado, a Bacia do Paramirim não foi contemplada, além de não possuir nenhum centro de referência criado ou financiado pelo governo do Estado.

Já na dimensão educacional, a falta de investimentos no TI da Bacia do Paramirim permanece, sem ter sido contemplado com um *campus* ou pólo de Universidade pública na modalidade presencial, isso ocasiona um deslocamento constante da população em busca de qualificação por meio do acesso ao ensino superior público, ou, pelo ingresso em faculdades particulares na modalidade Ead's, nos municípios de Macaúbas, Botuporã e Paramirim.

Em decorrência da inexistência de instituições de ensino superior no território e a dificuldade de muitas famílias com baixos salários de acessá-las em outros municípios, foi



criado um Projeto de Lei n. 4094/12, que diga-se de passagem já foi arquivado, na Câmara dos Deputados, no qual solicita ao poder executivo a criar a Universidade Federal da Chapada Diamantina (UFCD), com funcionamento nas cidades de Seabra, Lençóis, Ipirá, Rio de Contas e Morro do Chapéu. Esses municípios estão mais próximos do território, mas, mesmo com o encurtamento da distância geográfica, a dificuldade para muitas famílias permanece e, ainda assim, não há nenhum projeto para a Bacia do Paramirim e nenhum município do território é contemplado com um *campus* da UFCD.

Esse projeto de lei se estivesse em tramitação seria uma realidade ainda muito distante, sobretudo, se considerar o cenário político atual em que a Educação Superior não tem sido prioridade para o governo federal. Ao contrário, tem sido alvo de ataques e desqualificações. Nessas condições, o que se vê, na atualidade, é uma saída de jovens, principalmente, para Vitória da Conquista, Barreiras, Salvador e São Paulo. Observa-se que dos 27 territórios, somente quatro (Bacia do Paramirim, Bacia do Rio Corrente e Bacia do Jacuípe) não possuem nenhuma unidade pública de ensino superior na modalidade presencial, nem os IF's (baianos) estão presentes na Bacia do Paramirim. Esses, muitas vezes, se concentram em cidades que já registram *campus* universitários, o que demonstra a concentração dos equipamentos e serviços da educação e pouca atenção do governo para com esses territórios. Reafirmando a divisão territorial do trabalho como consequência o desenvolvimento desigual e combinado.

Já no setor econômico, conforme levantamento da SEI (2021), a participação do Produto Interno Bruto (PIB) em relação ao Estado é baixa, se comparar com o PIB do Estado de R\$ 286,2 bilhões, a Bacia do Paramirim contribui com 0,4% de participação. Os territórios com maior destaque no PIB são: Metropolitano de Salvador com R\$ 119,8 bilhões, Litoral Norte e Agreste Baiano com R\$ 9,3 bilhões, em contrapartida os territórios da Bacia do Paramirim com 1,1 bilhões e Bacia do Jacuípe com R\$ 1,2 bilhões representam os menores PIB's, segundo os dados do (SEI 2021).

Em relação aos setores de atividade, a Administração pública é o que ganha mais destaque com 47,7% do PIB no território. Esse dado reflete a grande dependência da população na geração de emprego e renda em relação a esse setor, além disso, tem gerado muitos conflitos nos municípios, pois muitos dos empregos são por apadrinhamentos políticos, quem faz parte da oposição são excluídos desse processo. Como consequência aumenta a influência para o processo migratório para locais onde a população possa de reproduzir minimamente.

No setor do comércio e serviço, é o território que menos se destaca e como resultado gera menos emprego, com 35% da economia voltada para este setor. O comércio é de pequeno porte, serve-se apenas para suprir as necessidades mais urgentes. Os municípios de Macaúbas



e Paramirim, possuem a maior diversidade nos ramos comerciais, acredita-se que a justificativa para este feito no município de Macaúbas seja o seu contingente populacional que é o maior entre os outros municípios com 47.051 habitantes, segundo o último censo demográfico do IBGE (2010). Paramirim, por sua vez, o destaque se deve, segundo o SEI (2019), por receber, diariamente, moradores das cidades circunvizinhas, para a utilização dos recursos oferecidos pelo município na área de saúde

Já a atividade agropecuária é o terceiro setor que mais impacta na composição do PIB no território com 7,6% de acordo com a SEI (2015), cuja produção é baseada na agricultura familiar, com 20,9 mil estabelecimentos agropecuários, segundo o Perfil da Bacia do Paramirim (2015), a produção de milho e mandioca ganha destaque, além da criação de gado, ovinos e caprinos. A atividade pesqueira é pouco significativa com registro apenas em Macaúbas. A produção agrícola se apresenta como um setor substancial para o território, tendo em vista, que a maior parte da população permanece no meio rural. São os produtores rurais responsáveis por abastecer as escolas, os órgãos públicos e até mesmo na distribuição de cestas básicas por meio do Programa Aquisição de Alimentos (PAA), do governo federal em parcerias com as assistências sociais dos municípios. Dentro do Território de Identidade da Bacia do Paramirim tem um evento especial comemorativo no calendário, em reconhecimento da atividade dos agricultores, como a realização da Feira da Agricultura Familiar.

O setor industrial apresenta-se em menor destaque com apenas 7,0 % conforme dados da SEI (2021), sendo o menos expressivo. Não há registro de grandes indústrias, e, conseqüentemente, são reduzidos os postos de trabalho nessa atividade.

Esse cenário geral, reafirma os desdobramentos da divisão territorial do trabalho que determina a participação do território da Bacia do Paramirim como local de reserva de força de trabalho a ser utilizada pelo capital quando for conveniente.

A análise dos dados demonstra que o território em pauta apresenta uma economia ainda frágil, com poucos comércios e serviços, uma baixa geração de emprego e renda, além da forte dependência dos recursos públicos. Ademais, as informações sinalizam para a forma de inserção do território de Identidade da Bacia do Paramirim no contexto geral do desenvolvimento socioeconômico baiano e, ao mesmo tempo, atestam as contradições da produção capitalista do espaço, reveladas pelo desenvolvimento desigual e combinado.

A análise dos dados demonstra que o território da Bacia do Paramirim apresenta uma economia instável, com pouca geração de emprego e renda, um baixo desenvolvimento nos setores econômicos: comércio, serviço e indústria, e a presença da forte dependência dos recursos públicos, tendo a administração pública como o principal gerador de renda dos



municípios. Ademais, as informações demonstram a forma de inserção do TI no contexto geral do desenvolvimento econômico e social baiano, além de atestar as necessárias contradições da produção capitalista do espaço.

Verifica-se também, que o projeto ao priorizar os aspectos físicos, negligenciou as dimensões: histórica, econômica, social e geográfica. Além de não levar em consideração a luta de classe na produção do território.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os Territórios de Identidade na Bahia foram propostos com a intenção de corrigir as disparidades do desenvolvimento desigual baiano, mas, na prática, o projeto não foi eficaz, ao demonstrar a manutenção ou reforçar as contradições da produção capitalista, ao cumprir apenas o papel de facilitar as ações e a comunicação com o governo federal e os repasses dos recursos aos municípios, esse processo pode aprofundar ainda mais as desigualdades ou, até mesmo, ignorar as lutas de classe.

Os indicadores socioeconômicos dos municípios que constituem a Bacia do Paramirim, evidenciam as desigualdades se comparados com os de outros Territórios de Identidade. Leva-se a acreditar que a formação do Território de Identidade da Bacia do Paramirim está mais pautada em sua dimensão física do que no reconhecimento dos critérios históricos, sociais, culturais, econômicos e políticos.

Como este artigo decorre de uma questão aberta no mestrado em andamento, as análises ainda são preliminares e não esgotam o debate. Outras investigações estão sendo realizadas para permitir estabelecer uma maior relação entre a constituição do Território de Identidade da Bacia do Paramirim com o processo histórico da divisão territorial do trabalho na Bahia, cujo resultado se mostra em um desenvolvimento territorial desigual e combinado, bastante útil à acumulação capitalista.



REFERÊNCIAS

BAHIA. **Decreto nº 12.354 de 25 de agosto de 2010**. Institui o programa Territórios de Identidade. Acesso em: 06 de julho de 2021. Disponível em: <https://governo-ba.jusbrasil.com.br/legislacao/1024959/decreto-12354-10>

BAHIA. **Processo de constituição dos Territórios de Identidade do Estado da Bahia**. Salvador, BA: Seplan, 2014. Disponível em: http://www.seplan.ba.gov.br/arquivos/File/politica-territorial/PUBLICACOES_TERRITÓRIAS/Historico_da_Politica_Territorial_da_Bahia.pdf. Acesso em 14 de dez. de 2020.

BAHIA. Governo do Estado. **Plano plurianual 2008-2011**. Salvador: SEPLAN, 2007. Disponível em: http://www.seplan.ba.gov.br/i_plano_plurianual_2008_2011.htm.

BAHIA. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **Indicadores Territoriais**. Salvador, BA: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, 2021. Disponível em: http://www.sei.ba.gov.br/images/informacoes_por/territorio/indicadores/pdf/baciadoparamirim.pdf. Acesso em: 14 dez. 2020.

BAHIA. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **Produto Interno Bruto**. Salvador, BA: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, 2021. Disponível em: http://www.sei.ba.gov.br/images/informacoes_por/territorio/indicadores/pdf/baciadoparamirim.pdf. Acesso em: 14 dez. 2020.

BAHIA. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **Indicadores de Saúde**. Salvador, BA: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, 2019. Disponível em: http://www.sei.ba.gov.br/site/resumos/indicadores/indicadores_2923605.pdf. Acesso em: 14 dez. 2020.

BAHIA. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **Anuário Estatístico da Bahia**. Salvador, BA: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, 2019. Disponível em: https://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=65&Itemid=284. Acesso em: 8 out. 2020.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo (SP): Ática, 1980.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Acesso em: 14 de dezembro de 2020. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/panorama>

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estimativa da população brasileira**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro, RJ, 2021. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=https://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2021/estimativa_dou_2021.pdf&ved=2ahUKEwjZexxNHZAhXLH7kGHXnXBsIQFnoECA0QAQ&usq=AOvVaw2h-jpmgAswi-eMdaAcRc1BF. Acesso em: 14 de set. 2021.



OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, A. F.A.; DAMIANI, A. L.; OLIVEIRA, A. U. et al. (Org.). **Novos caminhos da geografia**. São Paulo: Contexto, 1999.

RATZEL, F. **Geografia do homem (Antropogeografia)**. In: Moraes, A. (org.). São Paulo: Ática, 1990.

SAQUET, Marcos Aurélio. **As diferentes abordagens do território e a apreensão do movimento e da (i)materialidade**. Florianópolis: Geosul, v. 22, n.43, p. 55-76, 2007.

SMITH, Neil. **Uma Teoria Oscilatória do Desenvolvimento Desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.